

VERSÃO COMPLETA

PROPOSTAS FIRJAN PARA UM Brasil 4.0



ESFERA ESTADUAL | AGO. 2022

Propostas para
alavancar a indústria
fluminense e promover o
crescimento econômico
do estado do Rio.

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

F293p Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Propostas Firjan para um Brasil 4.0 : esfera estadual. / Firjan. –
Rio de Janeiro: Firjan, 2022.
25 p. : il., color.

Versão completa

1. Desenvolvimento econômico. 2. Produtividade industrial. 3.
Indústria fluminense. 4. Rio de Janeiro. I. Título

CDD 338.98153



AGO. 2022

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 12º andar
Centro, Rio de Janeiro
presidencia@firjan.com.br

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-Presidente Firjan

Luiz César Caetano

2º Vice-Presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

1º Vice-Presidente CIRJ

Carlos Fernando Gross

2º Vice-Presidente CIRJ

Raul Eduardo David de Sanson

Grupo de Trabalho Empresarial - Propostas para um Brasil 4.0

Luiz César Caetano (Coordenador)

Antonio Carlos Vilela

Carlos Frederico Aguiar

Julio Talon

Leonardo Edde

Marcelo Kaiuca

Marcus Rumen

Marco Saltini

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

João Paulo Alcantara Gomes

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Gestão de Pessoas

Guilherme Cavalieri

ORGANIZAÇÃO

Gerente Geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

DASCE – Div. Análise Sup. Compet. Empresarial

Júlia Nicolau Butter

Taíssa Farias Soffiatti

CONTEÚDO TÉCNICO

Equipe Técnica da Firjan e Grupo de Trabalho
Empresarial

PROJETO GRÁFICO

GERÊNCIA GERAL DE COMUNICAÇÃO

Gerente Geral

Ingrid Buckmann

Gerente de Comunicação e Marca

Fernanda Marino

Equipe Técnica

Amanda Zarife

Luciana Sancho

Patrícia Mendonça Lima

Vanessa Raposeiro

Mensagem do presidente

O contexto não poderia ser mais adequado e, ao mesmo tempo, desafiador.

Diante de tantas mudanças sociais e econômicas observadas em escala global, é primordial para o Brasil e para o Rio de Janeiro avançar em reformas e em ações que permitam estabelecer uma rota de crescimento sustentado, baseado na elevação da produtividade das economias nacional e fluminense.

Nesse sentido, a Agenda de Propostas da Firjan para um Brasil 4.0 é uma contribuição do empresariado fluminense ao planejamento de políticas públicas para os governos federal e estadual.

A Agenda contempla 62 propostas de abrangência nacional e 41 propostas de âmbito estadual, organizadas em quatro pilares: ambiente de negócios, infraestrutura, capital humano e eficiência de estado. Ao mesmo tempo em que contemplam uma multiplicidade de temas, as propostas sugerem claramente os caminhos a serem percorridos.

O Grupo de Trabalho de Política Industrial, composto por industriais de diversos setores e regiões do estado do Rio

de Janeiro e coordenado pelo primeiro vice-presidente da Firjan – Luiz César Caetano, liderou a construção da agenda.

Os Conselhos Empresariais Regionais e Temáticos desempenharam papel fundamental ao oferecer posicionamentos-chave a respeito de fatores críticos à elevação da competitividade empresarial e à promoção do crescimento econômico.

Por fim, a Diretoria Empresarial forneceu as considerações estratégicas que nos permitiram chegar a esse fantástico mapa.

Ao longo do processo, a equipe técnica da Firjan ofereceu o suporte aos debates e às reflexões empresariais. A todos, meu profundo agradecimento.

A Agenda de Propostas da Firjan para um Brasil 4.0 é um compromisso da Firjan com o fortalecimento da indústria e com a retomada do crescimento econômico no Rio de Janeiro e no Brasil.

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema Firjan

Um momento único

O contexto não poderia ser mais desafiador. Após dois longos anos, as evidências sugerem estarmos próximos do fim da pandemia provocada pelo Covid-19, que transformou definitivamente nosso modo de viver. Um novo paradigma foi estabelecido para a sociedade, governos e empresas.

Assim como um furacão irrefreável, a pandemia acelerou mudanças esperadas para muitos anos à frente. Por necessidade, as empresas intensificaram os investimentos na transformação digital, transportando para o mundo *on-line* o trabalho e o relacionamento com clientes e fornecedores. Resiliência e flexibilidade tornaram-se habilidades-chave para trabalhadores e empresas neste mundo em constante e rápida mudança.

A otimização do processo produtivo por meio da aplicação de soluções inovadoras e de novas tecnologias, desempenhadas por trabalhadores qualificados e eficientes, nunca foi tão primordial. A competitividade das empresas está diretamente atrelada ao que os economistas denominam produtividade total dos fatores, ou seja, ao nível de produtividade do trabalhador e de eficiência de utilização do capital para produção de bens e serviços.

Mundialmente, o bom desempenho das economias mais fortes está intrinsecamente relacionado à elevada competitividade empresarial. O aumento da produtividade, portanto, é condição *sine qua non* para o crescimento econômico. Com as economias estaduais, não é diferente.

Ao mesmo tempo que depende de uma gestão corporativa eficiente, a produtividade dos fatores das empresas requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia.

O estado do Rio de Janeiro possui enorme desafio em todas as dimensões acima citadas. Nesse sentido, é fundamental priorizar ações e planejar a sua execução de modo a aproveitar ao máximo os recursos disponíveis: financeiros, tecnológicos e humanos.

O planejamento público necessita contemplar uma política industrial que estabeleça as bases para que o setor produtivo seja competitivo. Indústria forte é sinônimo de economia sólida e próspera.





4

Não se trata de adotar medidas protecionistas que criem redutos de ineficiência, mas sim de implantar ações primordiais para elevação da produtividade dos fatores que permitirão às empresas fluminenses ter isonomia na competição nacional e internacional. Para fortalecer e criar novas vantagens comparativas, aumentando a capacidade de inovar e de crescer. O cenário atual reforça esse argumento. Durante os últimos 20 anos observamos uma tendência mundial de longas cadeias globais de produção interligadas. A guerra entre Rússia e Ucrânia rompeu esse paradigma, evidenciando os riscos elevados à excessiva dependência das cadeias globais no que tange aos setores estratégicos. É necessário traçar política industrial de modo a fortalecer a competitividade industrial e reduzir o risco da dependência em relação às longas cadeias globais, em particular aqueles responsáveis por insumos-base da produção industrial do país. E o estado do Rio de Janeiro possui grande potencial para desenvolver setores estratégicos, tais como o petroquímico, o de refino e o de fertilizantes, associados ao mer-

cado de Petróleo e Gás, importante vocação fluminense. Cumpre também destacar o potencial associado à agroindústria no estado do Rio de Janeiro, cuja retração nos últimos 25 anos gerou uma perda de R\$ 1 bilhão¹. Os recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro recém-aprovado podem viabilizar importantes projetos de infraestrutura e ações para melhoria do ambiente de negócios, como aquelas previstas no Pacto RJ, que precisam ser encaradas como iniciativas de estado e não de governo.

Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro precisa equacionar a questão fiscal. O estado renovou recentemente o Regime de Recuperação Fiscal junto ao Governo Federal, mas é necessário equacionar a relação entre as despesas e as receitas públicas e reduzir a dependência da arrecadação em relação aos royalties do petróleo. Visando contribuir com o planejamento público na esfera Estadual, a Firjan apresenta agenda com as propostas do empresariado fluminense para elevar a produtividade da economia do estado. A Indústria 4.0 precisa de um Rio de Janeiro 4.0.

¹ Fonte: Diagnóstico do Agronegócio Fluminense, Firjan (2022).

Fatores de produtividade

A produtividade é entendida como a eficiência com que os agentes econômicos (empresas, trabalhadores etc.) utilizam seus recursos para transformar seus insumos em bens e serviços. Isto é, a capacidade de gerar um maior nível de produto com a mesma quantidade de emprego e demais insumos, gerando incentivos para uma melhor alocação de recursos, ocorrendo um efeito de transbordamento para toda a economia.

Em uma economia, a produtividade pode ser um dos principais mecanismo de influência no aumento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Isto porque, em termos

empresariais, quanto menos tempo os trabalhadores levam para realizar as mesmas tarefas, mais competitivas ficam as empresas. Adicionalmente, um ambiente mais favorável para os negócios incentiva a abertura de novas empresas e o conseqüente aumento no emprego e renda.

O Rio de Janeiro 4.0 necessita de um ambiente de negócios favorável, infraestrutura de qualidade, capital humano competitivo e um Estado eficiente. A tabela 1 relaciona os fatores de produtividade agregada da economia estadual.

Tabela 1: Fatores que afetam a produtividade agregada

Ambiente de negócios	Infraestrutura	Capital humano	Eficiência do Estado
Facilidade para abrir/operar uma empresa	Energia Elétrica	Educação básica	Reforma Administrativa
Acesso a Crédito	Mobilidade Urbana	Formação Profissional	Segurança Institucional e Jurídica
Sistema Tributário	Logística	Legislação Trabalhista	
Comércio Exterior	Telecomunicações		
Segurança Pública	Petróleo e Gás		
Inovação			
Sustentabilidade (Economia Circular, Reciclagem, Mercado de Carbono, ODS, Investimento Social)			

Fonte: Elaboração própria.

No que tange ao ambiente de negócios, a experiência internacional mostra que nos últimos anos, diversos países aprovaram reformas para solucionar distorções tributárias.

Igualmente importante é a elevação do nível da infraestrutura brasileira a padrões internacionais de preço e

qualidade para remover obstáculos à produtividade e competitividade das empresas.

Ademais, países que conseguiram atingir taxas elevadas na sua produtividade, realizaram investimentos significativos para aumentar a qualidade de sua educação e a taxa de inovação.

Propostas estaduais

Ambiente de negócios

Contextualização

A indústria desempenha papel fundamental para qualquer economia sob diversos aspectos. De um lado, a indústria se caracteriza por ter a produtividade mais elevada entre os segmentos da economia. O setor se caracteriza por pagar os maiores salários, exigir maiores qualificações e fornecer maior valor agregado a economia, podendo ser visto como um dos principais motores para o aumento da produtividade agregada e, consequentemente, para o crescimento econômico.

De outro, a pandemia do Covid-19 e os efeitos da guerra

da Rússia contra a Ucrânia evidenciaram a necessidade de reduzir a dependência em relação às cadeias globais de produção, principalmente no que tange aos setores estratégicos.

Assim sendo, é essencial que o Rio de Janeiro elabore e implemente políticas industriais por meio de governança proporcional ao peso do segmento, visando fomentar setores estratégicos e elevar a produtividade da indústria fluminense.

Propostas

1. Fomentar setores estratégicos de modo a fortalecer a competitividade industrial e reduzir o risco da dependência em relação às longas cadeias globais, em particular a agroindústria e aquelas responsáveis por insumos-base da produção industrial do estado do Rio de Janeiro.

Abertura e Operação de Empresa

Contextualização

A entrada em vigor do Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental – Selca foi um importante marco no nosso estado, pois o novo sistema de licenciamento se propõe a simplificar e desburocratizar os processos administrativos, trazendo maior transparência às etapas desses processos, além

de intensificar o controle ambiental.

Embora o marco legal tenha sido estabelecido, ainda carece de regulamentações e infraestrutura para que sejam implementadas as inovações propostas pelo Selca.

Propostas

2. Concluir as regulamentações do novo Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental para garantir a infraestrutura, física e de pessoal, necessária à operação integral do Selca, considerando:

- Eliminar os passivos de processo de licenciamento, muitos deles ainda em meio físico, oriundos dos sistemas substituídos pelo Selca;
- Padronizar, no âmbito do Inea, os procedimentos, regras e deliberações para as ações de licenciamento e fiscalização ambiental;
- Descentralizar para toda a estrutura do Inea, as boas práticas administrativas já implementadas na Superintendência do Piabanha, visando simplificar e agilizar os processos de Outorga de Recursos Hídricos;
- Capacitar todos os colaboradores do Inea nos novos instrumentos e procedimentos previstos no Selca;
- Revisar e tornar mais efetivos os canais de comunicação dos empresários com o Inea;
- Priorizar a regulamentação dos critérios de sustentabilidade e dos estudos ambientais;
- Ampliar a abrangência de aplicabilidade da LAC (Licença Ambiental Comunicada) dentre as atividades de baixo impacto;
- Melhorar a infraestrutura dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) para aumentar a eficiência e a transparência no acompanhamento da tramitação dos processos;
- Criar e dar publicidade aos indicadores de performance dos processos de emissão das licenças ambientais.

Acesso ao Crédito

Contextualização

O cenário do mercado de crédito no Brasil é desafiador. Historicamente o país sempre apresentou uma elevada taxa básica de juros, alto índice de inadimplência, uma elevada concentração bancária e uma assimetria de informação. Ademais, segundo dados do IBGE, menos de 40% das empresas criadas no Brasil sobrevivem após cinco anos. Tais fatores corroboram dentre outras coisas, para o aumento do risco das empresas, influenciando diretamente nas concessões de crédito e principalmente nas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras.

O Brasil possui cerca de 19 milhões de empresas ativas, sendo a maior parte micro e pequenas empresas, que usualmente apresentam limitações na disponibilidade de recursos para investir no negócio. Isso torna o acesso ao crédito um tema ainda mais relevante. O grande dificultador para que essas empresas acessem o crédito são as garantias exigidas pelas instituições financeiras.

Além disso, as taxas de juros praticadas tendem a limitar o acesso aos recursos. Segundo consulta ao Banco Central, as operações de crédito contratadas por pessoas jurídicas em janeiro de 2022 possuíam taxa média de juros de 18,23 % a.a. Isso nos leva a outro problema recorrente, o *spread* bancário, que nada mais é do que a diferença em pontos percentuais entre a taxa de captação dos recursos pelos bancos e os juros cobrados aos seus clientes. Segundo pesquisa do Banco Mundial, o Brasil aparece entre os países com maior *spread* bancário no mundo, fato evidenciado pela taxa praticada em janeiro 2022, quando o *spread* ficou em 8,47 p.p. Importante destacar que o *spread* é composto por diversas variáveis como: despesas administrativas, taxa Selic, inadimplência, lucro dos bancos, entre outros. Logo, estimular a competição no segmento bancário tende a ser uma boa opção para redução do *spread*.

Propostas

3. Criação de um Fundo Garantidor da Indústria Fluminense.
 - A criação de um Fundo Garantidor ou a atuação do recém criado Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro como tal, tende a garantir o volume de recursos necessários para destravar alguns setores da indústria gerando emprego e renda;
 - Utilização do Fundo como garantidor de riscos de crédito, tendo como finalidade complementar as garantias necessárias para contratações de operações de crédito junto às instituições financeiras, modelo já adotado pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO);
 - Público-alvo: micro, pequenas e médias indústrias, localizadas no estado do Rio de Janeiro.
4. Utilização dos recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro.
 - Mobilização de recursos para investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, mitigando os gargalos existentes e garantindo as condições necessárias para crescimento econômico e aumento da competitividade da indústria fluminense. Essa política já é adota pelos principais fundos soberanos no mundo, que fazem uso do investimento em infraestrutura para diversificação de seus portfólios de investimentos.

Sistema Tributário

Contextualização

Apesar de ter o segundo maior mercado consumidor do país, o Estado do Rio de Janeiro ocupa a última colocação na comparação de saldos da balança comercial interestadual, com um déficit, em 2021, de R\$ 79 bilhões de reais².

Esse número é reflexo da falta de competitividade tributária da indústria fluminense, que sofre com problemas de insegurança jurídica, elevada carga tributária e um perverso e distorcido sistema de substituição tributária que retira poder de investimento e fluxo de caixa das indústrias localizadas no Estado.

Importante destacar que a Lei Complementar nº 160/2017 permite que o Estado do Rio de Janeiro copie

de outros estados da região sudeste benefícios fiscais por eles concedidos.

Além disso, o Estado do Rio de Janeiro perde competitividade e, conseqüentemente, afasta empresas e empregos por não aplicar, na prática, os mecanismos de restituição do crédito acumulado de ICMS.

Considerando o tamanho do mercado consumidor do Rio de Janeiro e a estrutura logística do Estado, o atendimento dos pleitos apresentados tem o potencial de aumentar a arrecadação, atrair novas indústrias, gerar emprego e renda e transformar o Estado do Rio de Janeiro.

Propostas

5. Compromisso com a segurança jurídica – não redução de benefícios fiscais já concedidos aos contribuintes.
6. Implementação de barreira fiscal informatizada.
7. Extinção do FOT – Fundo Orçamentário Temporário.
8. Redução do FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza.
9. Automatizar o processo de restituição do crédito acumulado de ICMS.
10. Aumento da competitividade tributária pela cola de benefícios fiscais concedidos por outros estados da região Sudeste.
11. Retirar a Substituição Tributária dos produtos fluminenses.

² Fonte: Conselho Nacional de Políticas Fazendárias.

Segurança Pública

Contextualização

A segurança pública tem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Regiões consideradas mais violentas têm dificuldade em reter e atrair investimentos, gerar empregos e renda.

Apesar de sua importância, o Rio de Janeiro sofre com certos indicadores de criminalidade que trazem prejuízos em diversos setores socioeconômicos. Por exemplo, o estado registrou, em 2021, uma média de 12 roubos de carga por dia (4.521 no ano)³, crime que afeta diretamente o setor produtivo gerando prejuízos e, conseqüentemente, uma menor oferta de empregos e geração de renda.

Estimativas apontam que produtos alimentícios, cigarros, combustíveis e eletroeletrônicos são os produtos

mais visados neste tipo de delito, que por sua vez, tem uma forte concentração no Sudeste, onde ocorrem mais de 80% dos casos.

Outro crime relevante é o mercado ilegal, que envolve a falsificação de produtos e a importação de produtos piratas. Segundo estimativa do *World Trade Review*, 73% dos brasileiros consomem produtos piratas anualmente. Nesse contexto, considerando que o Rio de Janeiro possui a segunda maior economia e o terceiro maior mercado consumidor do país, é um número alarmante. Dessa forma, é evidente que o país demanda esforços para melhorar as condições de segurança pública em todos os níveis de governo.

Propostas

12. Promover a integração com o Governo Federal e os municípios para o desenvolvimento de programas integrados de segurança pública, contemplando ações de cunho social e de ordenamento urbano.

13. Aperfeiçoar a legislação vigente, buscando a redução da impunidade de crimes que envolvam o roubo de cargas e o mercado de produtos falsificados e de origem ilícita.

14. Intensificar o controle das divisas estaduais, por meio de um programa de barreiras fiscais e a instalação de Centros Integrados de Comando e Controle, estrategicamente posicionados, com o objetivo de diminuir a entrada de armas, munições e drogas que alimentam o crime organizado.

15. Investir em avanços tecnológicos e no aparelhamento das Polícias Civil e Militar, bem como nas atividades de inteligência e investigação.

Inovação

Contextualização

O Rio de Janeiro abriga centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) ligados a excelentes universidades e dispõe de capital humano com uma das melhores qualificações do país.

Contudo, o estado precisa avançar em questões-chave para alavancar a PD&I. O primeiro passo é aprovar o Marco Legal de Inovação no Rio de Janeiro, de modo a oferecer o arcabouço regulatório adequado.

Simultaneamente, é preciso conferir governança à altura do papel estratégico da inovação tecnológica. A experiência internacional aponta que reunir os atores de inovação em fórum diretamente ligado à autoridade executiva acelera a execução de iniciativas efetivas e de alto impacto.

Paralelamente, é necessário elevar a conversão da pesquisa em produtos e soluções com aplicação industrial

³ Fonte: Elaboração Firjan a partir de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

e que tragam impacto para a sociedade. Em resumo, é preciso transformar pesquisa em patentes e convertê-las em produtos.

Nesse sentido, a organização de redes para conectar empresas, institutos e universidades contribui para impulsionar a oferta e consumo de produtos e serviços nos mercados locais, nacional e internacional.

Essa iniciativa estimula a interação entre universidades, institutos e empresas, através do mapeamento de demandas que potencialmente podem ser solucionadas com estímulo à produção e transformação do conhecimento gerado no ensino superior e Instituições Científico-Tecnológicas (ICTs) para o mercado e para a sociedade de forma ampla. As empresas podem se beneficiar da concentração de capital humano, do conhecimento científico e tecnológico nas universidades e da infraestrutura de que dispõem para desenvolverem tecnologias, produtos e serviços. O atual cenário nacional de inovação aberto para as universidades e

empresas, quando comparado ao de países líderes em inovação, indica que o Brasil precisa fomentar a cultura de inovação. Como exemplo positivo podemos citar o Conecta Inovação, um programa da Firjan IEL que conecta demandas empresariais com soluções de inovação fluminenses, cujo objetivo é melhorar o ambiente de inovação do Rio de Janeiro, criando conexões que gerem inovação e negócio.

No tocante à geração de oportunidades de negócio para a inovação tecnológica, destaca-se o avanço trazido pela Lei de Inovação (10.973/2004). Considerando também as modificações trazidas pela Lei 12.349/2010 e pelo Decreto 9.238/2018, foi instituída uma nova condição para a dispensa de licitação: a Encomenda Tecnológica (ETEC).

Hoje existe a possibilidade de compra através de Encomenda Tecnológica (ETEC) e Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI).

Propostas

16. Implementar a Lei de Inovação Estadual.

17. Criar Fórum Estratégico de Inovação para formulação de políticas públicas de inovação no Estado do Rio de Janeiro, ligado diretamente ao Governador e com participação das universidades, entidades representativas e empresas.

18. Estimular Contratações Públicas de produtos de inovação por meio de ações de conscientização do setor público (sobretudo na esfera municipal) que visem a aplicação dos mecanismos estabelecidos pela Lei de Inovação (10.973/2004), pela Lei 12.349/2010 e pelo Decreto 9.238/2018, permitindo efetiva participação das pequenas e médias empresas nos processos.

19. Desenvolver uma plataforma de conexão e estímulo das redes compostas por empresas, institutos e universidades a partir do mapeamento de suas pesquisas, impulsionando a oferta e consumo de produtos e serviços nos mercados locais, nacional e internacional, à semelhança do Programa Conecta Inovação desenvolvido pela Firjan IEL.

20. Garantir um percentual maior dos recursos da FAPERJ para projetos de inovação em empresas, criando mecanismos eficazes de escuta do setor produtivo, a fim de tornar mais eficiente o direcionamento dos recursos.

Sustentabilidade

Contextualização

As Mudanças Climáticas são um dos principais desafios a ser enfrentado por governos, empresas, investidores e sociedade no geral. Para a indústria, é uma oportunidade de transformar algumas externalidades em ativos financeiros. Com a pandemia da Covid-19 e a recessão econômica mundial, as nações estão ainda mais vul-

neráveis aos riscos das alterações climáticas. Em 2021, a União Europeia, instaurou o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (*Carbon Border Adjustment Mechanism – CBAM*).

Ainda em 2021, na COP 26, os países chegaram a um acordo quanto à regulamentação do artigo 6 do Acordo

de Paris, que trata dos instrumentos para a criação de um mercado global de carbono e pode gerar US\$ 167 bilhões ao ano em 2030.

O Estado do Rio de Janeiro possui uma Política Estadual Climática forte com instrumentos de controle diferenciados. As indústrias do Estado do Rio de Janeiro vêm empreendendo esforços para reduzir suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com ações de eficiência energética, energia renovável, inovação, novos modelos de negócio e novas tecnologias de baixo carbono.

As iniciativas de Mercados de Carbono Estaduais devem ser voluntárias, realizadas com cautela e alinhamento completo às iniciativas do Mercado Nacional, de modo que não haja aumento de custo e/ou burocracias adicionais desnecessários para o avanço para uma economia de baixo carbono, além de gerar possíveis danos à competitividade das atividades do setor produtivo do Rio de Janeiro (como a chamada “fuga do carbono”, em que empresas transferem a produção para outras localidades com restrições de emissões mais frouxas ou simplificadas). O alinhamento das propostas e dos entes envolvidos no mercado é, portanto, essencial para que não ocorra iniciativas pulverizadas que enfraqueçam o mercado nacional e a imagem do país no cenário internacional.

No tocante aos resíduos sólidos, é preciso avançar no fomento à reciclagem e à economia circular.

O Mapeamento dos Fluxos de Recicláveis Pós-Consumo no Estado do Rio de Janeiro, publicado pela Firjan em 2021, apontou que os resíduos recicláveis que não foram recuperados no Estado do Rio somaram 1,7 milhão de toneladas em 2019. O estudo mostrou que, caso fossem reintroduzidos no setor produtivo, esses resíduos encadeariam um investimento produtivo adicional na economia em torno de R\$ 2,38 bilhões, capaz de gerar R\$ 4,56 bilhões de renda e 16,5 mil novos empregos.

Em abril de 2022, o Governo Federal publicou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, reconhecendo a economia circular como um modelo que “prioriza a redução, a reutilização e a reintrodução dos materiais ao longo da cadeia produtiva de forma eficiente, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais, as emissões de GEE, o desperdício, a geração de rejeitos e a poluição”. Trata-se de uma estratégia que contrapõe a lógica extração-

-produção-consumo-descarte e endereça o desafio global da escassez de recursos: dados da UNIDO apontam que a demanda por matérias-primas cresceu 150% nos últimos 30 anos e continuará aumentando, mesmo com os avanços em eficiência.

Resíduos são, portanto, materiais dotados de valor econômico aos quais deve ser dada a mais nobre destinação possível. Para que isso ocorra, é necessária uma rede de infraestrutura e de negócios que viabilize a triagem e o beneficiamento dos resíduos, sejam eles de origem urbana ou do setor empresarial. O fortalecimento da rede de coleta, a destinação e recuperação de resíduos sólidos pós-consumo e o adequado incentivo às empresas atuantes no mercado de gestão de resíduos podem transformar a reputação de sustentabilidade do estado e movimentar uma nova vertente de arrecadação de recursos.

Paralelamente à agenda ambiental, as indústrias estão cada vez mais comprometidas com o investimento social para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) pode ser um importante instrumento para alavancar projetos com ganhos sociais expressivos. Criado pelo artigo 3º da Lei Estadual 1.697/90 com fundamento no artigo 88, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o FIA compõe-se de recursos oriundos de doações de pessoas físicas e jurídicas, tendo como forte estímulo a possibilidade de se deduzir do valor doado do Imposto de Renda devido pelo doador. Entretanto, um fator que desestimula as doações é a impossibilidade de o contribuinte escolher o projeto a ser beneficiado por sua doação, dentre aqueles aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e apresentados por entidade nele previamente registrada e em linha com as diretrizes definidas pelo próprio Conselho.

A escolha do projeto por parte das empresas é um fator decisivo para o aumento das doações, uma vez que atende às exigências de compliance e possibilita o acompanhamento do investimento e monitoramento dos resultados. Além disso, a oportunidade de as empresas apoiarem projetos no seu entorno fortalece a aproximação do doador com os beneficiários e aumenta a transparência do processo.

Propostas

Mercado de Carbono:

21. Estruturar um Mercado de Carbono estadual voluntário e conectado a outras iniciativas, criando oportunidades de geração e comercialização de créditos de carbono no Estado do Rio de Janeiro, considerando:

- Cadastro Estadual de Emissões e de Remoções no estado do Rio de Janeiro, possibilitando o acompanhamento dos resultados das medidas de redução e remoção de emissões de gases de efeito estufa, além de uma melhor gestão e transparência das informações;
- Mercado de Carbono Voluntário de créditos *offset* com foco nos recursos florestais do estado e dos potenciais de reflorestamento;
- Marco legal que fomente o desenvolvimento da silvicultura e das fontes renováveis de energia no estado do Rio de Janeiro.

Economia Circular e Reciclagem:

22. Fortalecer a rede de coleta, destinação e recuperação de resíduos sólidos em geral, incentivando as empresas atuantes no mercado de gestão de resíduos, por meio de:

- Atualizar e publicar o novo Diagnóstico e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, à luz do recém-publicado Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- Regulamentar os incentivos administrativos, econômicos, creditícios e tributários ao desenvolvimento do encadeamento produtivo da reciclagem no estado;
- Simplificar os processos administrativos para a rápida formalização dos atores da cadeia de reciclagem, inclusive as cooperativas de catadores;
- Simplificar e desburocratizar a operação dos sistemas de logística reversa, de forma compatível com as regras nacionais e estimular a harmonização das tratativas pelos municípios.

Investimento Social Privado:

23. Regulamentar o direcionamento das doações financeiras empresariais aos projetos aprovados pelo próprio Conselho, em linha com as diretrizes já definidas de doação privada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mobilidade Urbana e Logística

Contextualização

O estado do Rio de Janeiro conta com localização privilegiada: além de ser a segunda maior economia do país, faz divisa com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, fazendo com que mais de 50% do PIB do Brasil estejam situados em um raio de 500 km da capital fluminense.

Ademais, o estado dispõe de diversas facilidades logísticas. As principais rodovias federais do país, em termos de escoamento da produção (BR-040, BR-101, BR-116 e BR-393), cortam seu território. Há ainda as Ferrovias

Centro-Atlântica (FCA) e Minas-Rio-São Paulo (MRS), além de terminais portuários variados e com capacidade de expansão. Ademais, o estado conta com cinco aeroportos com transporte regular de cargas: Internacional Tom Jobim (Galeão), Internacional de Cabo Frio, Santos Dumont, Macaé e Campos dos Goytacazes.

Entretanto, para que essas facilidades sejam potencializadas, é necessário promover melhorias à infraestrutura fluminense.

Propostas

24. Promover a nova concessão do sistema hidroviário de passageiros (barcas):

- Conferir celeridade ao processo, já que o atual contrato vence em fevereiro de 2023;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro da nova concessão, garantindo a prestação contínua e com qualidade dos serviços.

25. Melhorar a infraestrutura metroviária e ferroviária, beneficiando assim a mobilidade urbana metropolitana:

- Expandir a Linha 2, ligando as estações Estácio e Carioca;
- Concluir a Estação Gávea da Linha 4;
- Realizar investimentos na malha ferroviária de passageiros, em especial no trecho entre Santa Cruz e o centro do Rio.

26. Reformular o sistema de bilhetagem eletrônica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

- Prosseguir com a concessão do sistema, atualmente em estruturação com apoio do BNDES, incluindo na modelagem iniciativas municipais sistemas de bilhetagem, em especial, na capital fluminense;
- Garantir a transparência do novo sistema;
- Possibilitar, ao poder público e à sociedade, acesso aos dados gerados, contribuindo para o planejamento da mobilidade urbana metropolitana.

27. Prosseguir com as concessões rodoviárias estaduais:

- Conceder a RJ-244, ligando a BR-101-Norte ao Porto do Açu, desapropriando a faixa do traçado da rodovia;
- Conceder as rodovias dos lotes/eixos Noroeste (RJ-122/158/160/186), Sul (RJ-127/145/155), Norte (RJ-104/106/162) e Metropolitano (Transbaixada, Via Light e Linha Vermelha), propiciando investimentos para melhorias.

Energia Elétrica

Contextualização

A energia elétrica é um insumo produtivo utilizado por 70% da indústria brasileira. Por esse motivo, o fornecimento com qualidade e a preços competitivos tem estreita relação com o desenvolvimento, o crescimento econômico e a atração de novos investimentos. Nesse sentido, o Rio de Janeiro precisa avançar e muito. O custo da energia elétrica para o industrial fluminense é 47% acima da média brasileira, grande parte desse

valor é decorrente da alíquota do tributo estadual de 32 % sobre a tarifa final de energia. O estado também possui um alto índice de perdas comerciais, próximo a 50% de todo o consumo faturado. A título de exemplificação, no estado de São Paulo esse índice é de 9,5%. A modificação desse quadro perpassa por um trabalho conjunto entre empresas de energia, academia, governo e a sociedade.

Propostas

28. Realizar estudo referente à necessidade de ampliação de carga e melhoria na qualidade da energia em conjunto com as distribuidoras, visando elevar a confiabilidade e a estabilidade da rede, principalmente nas áreas dos distritos industriais.

29. Elaborar um plano de ação em conjunto com as empresas de energia, órgãos de segurança pública e sociedade civil para reduzir as perdas comerciais de energia no estado.

30. Elaborar um programa com cronograma definido para estruturação de *smart grids* nos municípios do Rio de Janeiro, envolvendo as empresas de energia e de telecomunicação.

31. Articular com o governo federal o desenvolvimento de dispositivos legais para regulamentar e estimular fontes renováveis como a eólica *offshore* e o hidrogênio verde. O Rio de Janeiro tem grande potencial para o desenvolvimento dessas fontes e a existência de marcos legais viabiliza a construção dos novos empreendimentos.

Petróleo e Gás Natural

Contextualização

Principal polo produtor de petróleo e gás natural do Brasil, o Rio de Janeiro possui um parque industrial consolidado, com um histórico de empresas do encadeamento produtivo com mais de 40 anos de atividade no estado. As oportunidades advindas dos mercados de petróleo e gás, das atividades no *offshore* ou do segmento de abastecimento, além de atrair montantes vultuosos de investimentos, trazem reflexos socioeconômicos importantes com a geração de emprego e arrecadação de recursos financeiros para o estado. Recentemente, a pandemia e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia fizeram com que fornecimentos locais voltassem a ganhar importância em todo o mundo, dados os impactos significativos não só nos preços de *commodi-*

ties, mas também em suas cadeias globais de produção. A participação da indústria instalada em território fluminense nas oportunidades dos mercados de petróleo e gás no estado implica superar o atendimento de inúmeras condicionantes do próprio negócio, bem como superar a realidade de Custo Brasil.

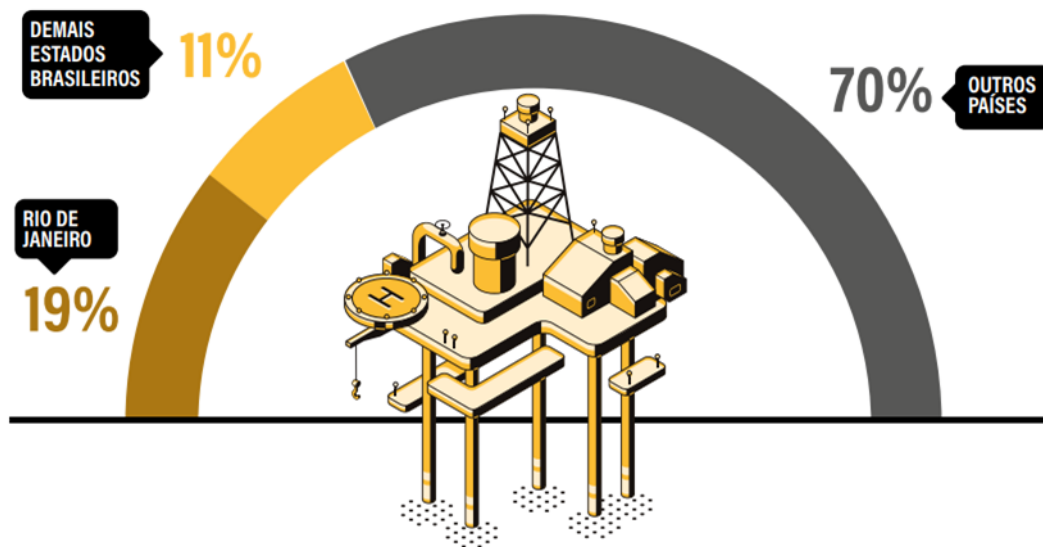
Para além das facilidades de proximidade logística, o Rio de Janeiro pode muito se beneficiar com o adensamento das cadeias produtivas locais de forma a continuar na trilha de desenvolvimento de competências industriais e, assim, atender a principal vocação do estado: os mercados de petróleo e gás natural.

O estado do Rio de Janeiro tem toda a cadeia de valor de petróleo e gás, que passa pelas atividades de explo-

ração, produção e refino até o consumo final. Fomentar segmentos estratégicos significa estimular um novo ciclo da indústria de transformação no território fluminense, por exemplo, com instalação de novas plantas de refino de petróleo para produção de combustíveis e lubrificantes, com a indústria de petroquímica e toda a cadeia de plásticos, e com a produção de fertilizantes.

Ao destacarmos os valores de investimento da maior operadora do país, a Petrobras, de acordo com dados da Alerj de 2020, o RJ atende a mais de 60% da demanda direcionada pela companhia ao mercado brasileiro. O maior volume de 70% é direcionado para compras em outros países.

Figura 1: Distribuição dos valores pela Petrobras segundo sua localização (Agosto de 2020)



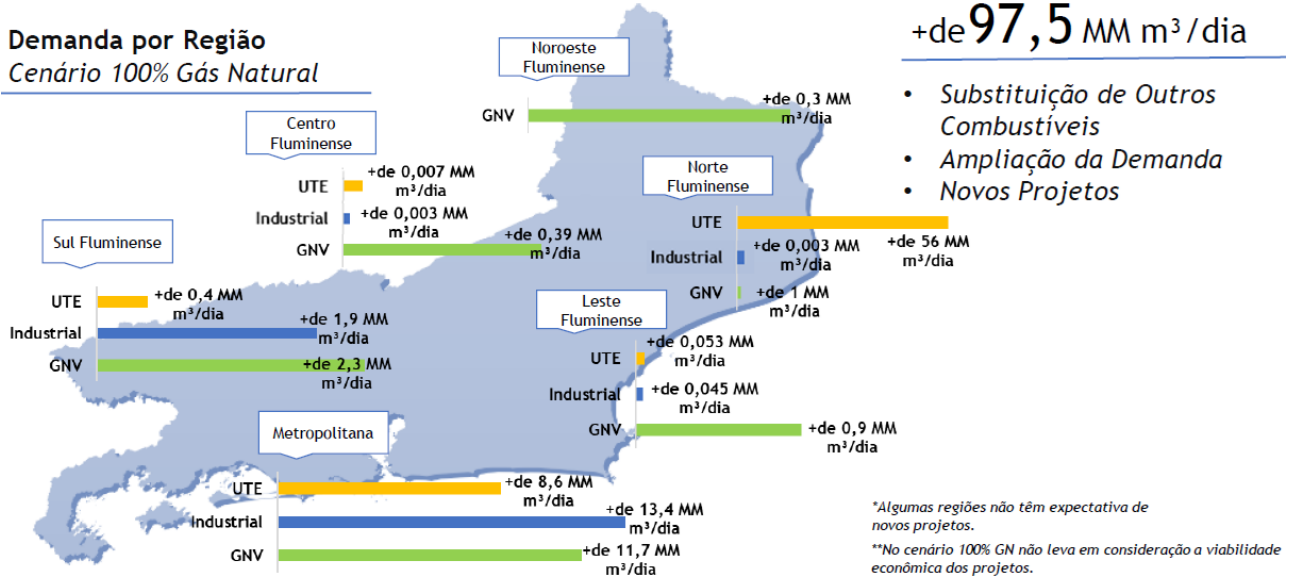
Fonte: O Potencial Representado pelo sistema produtivo de petróleo e gás no Rio de Janeiro e implicações para o Desenvolvimento Regional, Assessoria Fiscal da Alerj, 2020

Simultaneamente, a perspectiva do crescimento do mercado de gás natural é uma realidade, e o Rio de Janeiro tem todo potencial para rentabilizar suas reservas ou no *offshore* para impulsionar o desenvolvimento industrial, seja pela utilização do gás como energético ou insumo. A expansão do consumo de gás natural pela indústria, a utilização do GNV em veículos automotores e o aumento da contribuição na geração de energia nas termelétricas a base de gás são caminhos para a real transformação da economia do estado, mas que ainda dependem de uma estrutura de mercado com disponi-

bilidade de oferta a preços competitivos e da infraestrutura física para escoamento.

Esse potencial foi explicitado pela Firjan SENAI através do Mapeamento da Demanda de Gás Natural no Rio. Utilizando como base dados disponibilizados por indústrias já consumidoras de gás e também potenciais novas unidades de consumo, além de dados públicos de consumo de outros energéticos que poderiam ser substituídos pelo gás natural, o Mapeamento levantou um mercado total potencial hoje de quase 100 milhões de m³/dia.

Figura 2: Mercado total potencial de gás natural em 2022 no Rio de Janeiro



Fonte: Mapeamento da Demanda de Gás Natural no Rio (Firjan SENAI, 2021)

16

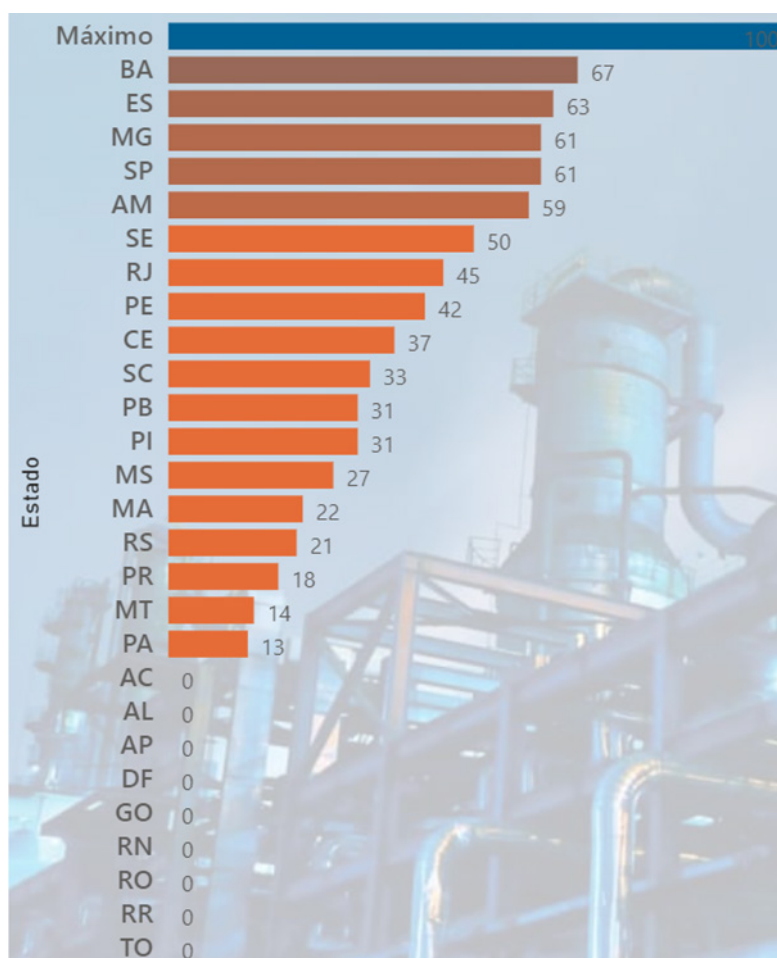
Entretanto, o Rio de Janeiro, mesmo sendo o segundo estado com o maior número de registro de agentes autorizados a exercer atividades voltadas ao mercado de gás, tem o gás industrial como um dos mais caros do país.

Destaca-se também a importância do gás natural como fonte mais limpa e menos poluente. Além disso, há todo o potencial de produção de gás natural renovável, o biogás e biometano. A expansão da utilização do GNV para veículos pesados deve ter um tratamento estratégico, já que contribuirá não só para um maior rendi-

mento e mais economia no transporte, mas também para uma menor poluição dos centros urbanos.

O estado ainda liderou o início da evolução regulatória para o mercado livre de gás natural, no entanto, hoje se posiciona como 7º colocado nacional e pior estado da região Sudeste, conforme *ranking* regulatório da Abrace em 2022. Na frente do RJ, o estado da Bahia está ranqueado em 1º lugar, seguido dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Amazonas e Sergipe, como mostra a imagem a seguir.

Gráfico 1: Ranking Regulatório dos Estados no Mercado de Gás Natural



Fonte: Abrace, abril de 2022

Ao avançarmos em um mercado de gás com maior multiplicidade de agentes e regras atrativas para a realização de investimentos, o Rio poderá se posicionar como estado com o melhor ambiente na regulação do mercado livre de gás natural, refletindo também na competitividade em preço do energético.

O território fluminense já é destino de duas rotas de escoamento da produção de gás natural do pré-sal – Rota 2 e Rota 3 - e conta com ao menos quatro *hubs* potenciais de consumo de gás natural: Itaguaí-Santa Cruz, Itaboraí-Maricá, Macaé e Açu, sem contar o polo já estabelecido em Duque de Caxias.

Em termos de projetos, a potencial Rota 4b, conforme desenho da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, pode conectar o gás do Campo de Bacalhau até o *Hub*

Itaguaí-Santa Cruz. O campo é operado pela Equinor e prevista disponibilidade de gás natural para 2028 com entrada de um segundo sistema de produção. Outro importante projeto, e que já foi confirmado, a Rota 5b, trará gás natural do atual bloco BM-C-33, também operado pela Equinor, e em processo de licenciamento ambiental, com um FPSO de 16 milhões de m³/dia de gás, o qual será escoado já dentro das especificações definidas pela ANP para comercialização no *Hub* de Macaé.

Importante ressaltar que os estados de SP e do ES concorrem com o destino de chegada das Rotas de escoamento, em especial dos projetos da Rota 4 e da Rota 6, que ainda não estão definidos. Em ambos os casos, o direcionamento das Rotas ao Rio de Janeiro, conectaria

a produção de gás com importantes polos industriais do estado, o de Itaguaí-Santa Cruz, com indústrias consumidoras de gás e já conectado na rede de distribuição - Rota 4b, e no Açú, que possui grande capacidade de atração de investimentos e planos de desenvolvimento de indústria de fertilizantes e conexão com a rede de transporte - Rota 6b.

Temos assim não apenas a possibilidade de disponibili-

dade energética nessas regiões, mas também a necessidade do país pela utilização de produtos que são derivados da utilização do gás natural. Por isso, o Rio de Janeiro tem o potencial de atrair uma onda de investimentos e competitividade para a indústria, fortalecendo o papel do gás natural como um importante indutor do desenvolvimento econômico e social do estado.

Propostas

32. Estruturar uma política industrial de estado para fomentar o aproveitamento das competências dos mercados de petróleo e gás e seus encadeamentos produtivos, incluindo os segmentos de refino, petroquímica e fertilizantes. A política deve contemplar principalmente a adoção de uma estrutura sólida de governança para desenho e implementação dessa política, bem como a definição de portal de interlocução único, onde as empresas que estão inseridas como compradoras ou fornecedoras do mercado de petróleo e gás possam tratar quaisquer assuntos, processos e/ou registros junto às esferas de governo de maneira coordenada, por exemplo.

33. Garantir o avanço dos temas de competência regulatória da Agenesra para pleno desenvolvimento do mercado livre de gás natural no estado do Rio de Janeiro, que inclui também o segmento de GNV, com regras claras para a atuação dos agentes e incentivo à atuação dos comercializadores. Da mesma forma, é fundamental resolver questões estruturantes como o processo de revisão tarifária quinquenal e a renovação do contrato de concessão da distribuição de gás canalizado no estado.

34. Integração do gás natural e do biometano para descarbonização do transporte pesado.

35. Promover um ambiente favorável para atração das novas rotas de escoamento da produção de gás natural do Pré-Sal no estado do RJ, como a Rota 4b e a Rota 6b, ao possibilitar a instalação de infraestrutura para trazer o gás produzido para terra, e estimular sua rentabilização em consumo por projetos industriais. O estado do RJ poderia, por exemplo, fomentar projetos desse tipo por meio de PPI – Programa de Parcerias de Investimentos, com recursos de rendimento do Fundo Soberano.

Capital humano

Educação Básica e Qualificação Profissional

Contextualização

A indústria está em constante movimento, abraçando novos processos e tecnologias, e o cenário de constantes mudanças coloca desafios permanentes de formação de profissionais. No contexto atual, experimenta mundialmente transformações profundas nos arranjos e processos produtivos, com a influência de novas concepções e de uma evolução tecnológica sem precedentes.

A inovação e a transformação digital tornam-se imprescindíveis para a competitividade e produtividade das empresas e países. Soma-se a isso a necessidade de soluções para as questões socioeconômicas e humanas em escala global no que tange às formas de produção e de vida mais sustentáveis.

Afirma-se cada vez mais a tendência de avanços no sentido da chamada Indústria 4.0, ou seja, uma 4ª Revolução industrial, que anuncia fábricas inteligentes e orientadas a serviços, caracterizadas pela automação e integração de sistemas internos e externos de produção,

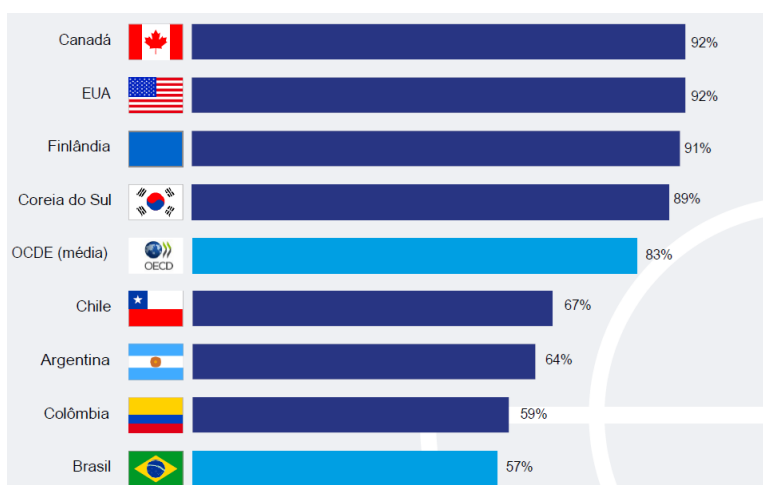
com ampla conexão entre equipamentos e sistemas de coleta de dados para análises preditivas e tomada de decisão.

Tudo isso deve aumentar a flexibilidade, velocidade, produtividade e qualidade dos produtos e processos, mas demandará uma mudança radical do perfil dos trabalhadores da indústria, com a tendência de automatização de todo trabalho repetitivo, diminuição das funções operacionais e aumento da demanda por profissionais com no mínimo uma formação técnica de nível médio para atuarem no monitoramento de processos e dados dos sistemas de produção.

Países industrializados investiram e continuam investindo no fortalecimento da Formação de Ensino Médio e Formação Técnica para os jovens, criando condições favoráveis a esse processo de transformação.

Os dados abaixo apresentam um comparativo da população de 25 a 64 anos que concluíram ao menos o Ensino Secundário.

Gráfico 2: População de 25 a 64 anos que concluíram ao menos o Ensino Secundário

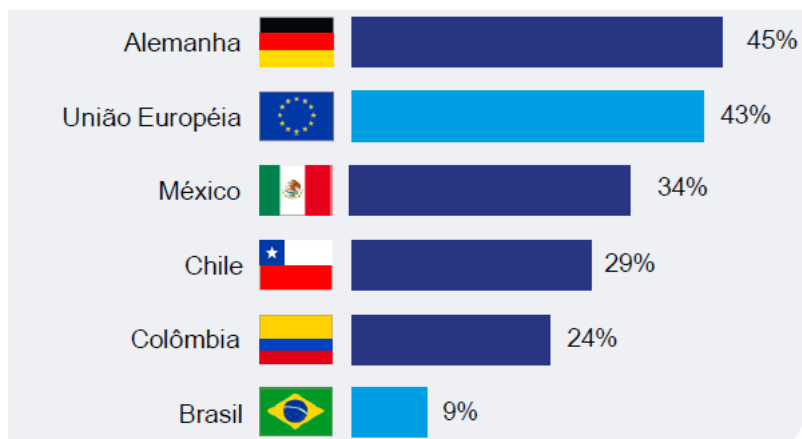


Fonte: *Education at a Glance – 2021* - OCDE.

A seguir, os dados apresentam para países referência nesse estudo, um comparativo quanto ao percentual

de alunos no Ensino Secundário que fazem educação profissional.

Gráfico 3: % de alunos no Ensino Secundário que fazem educação profissional



Fonte: *Education at a Glance* – 2021 - OCDE.

No Brasil, o Ensino Médio permanece com dificuldades importantes, como a alta taxa de evasão e resultados qualitativos ainda insuficientes, e, sobretudo, não cumpre ainda plenamente a finalidade II dentre as previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

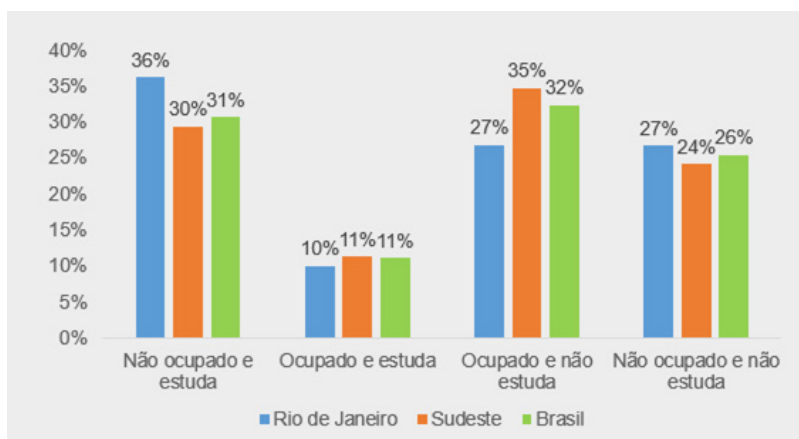
- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

A conclusão do Ensino Médio, muitas vezes, não resulta em inserção no Ensino Superior, nem habilita o jovem à função produtiva, que possa inclusive viabilizar a continuidade de estudos. Essa insuficiência em termos da preparação para o trabalho no Ensino Médio, resulta obviamente em desemprego e vulnerabilidade social, conforme evidenciado nos gráficos abaixo.

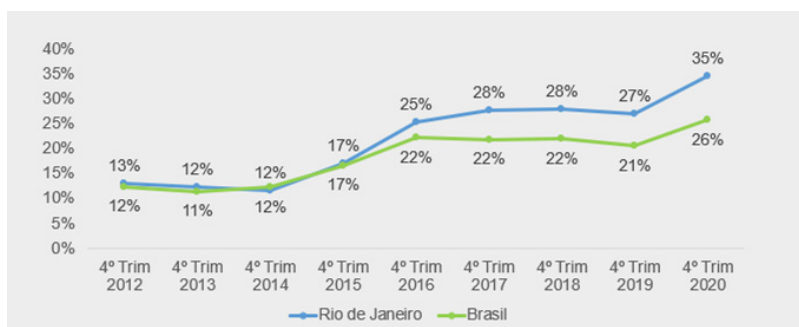
No 4º trimestre de 2020, um a cada três jovens de 15 a 29 anos no estado do Rio de Janeiro não estava ocupado e também não estudava, proporção superior à região Sudeste e ao Brasil. E 35% dos jovens de 15 a 29 anos (cerca de 628 mil jovens) estava à procura de trabalho.

Gráfico 4: Percentual de jovens de 15 a 29 anos por tipo de relação trabalho e estudo (2020)



Fonte: IBGE, Pnad Contínua.

Gráfico 5: Evolução da taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos

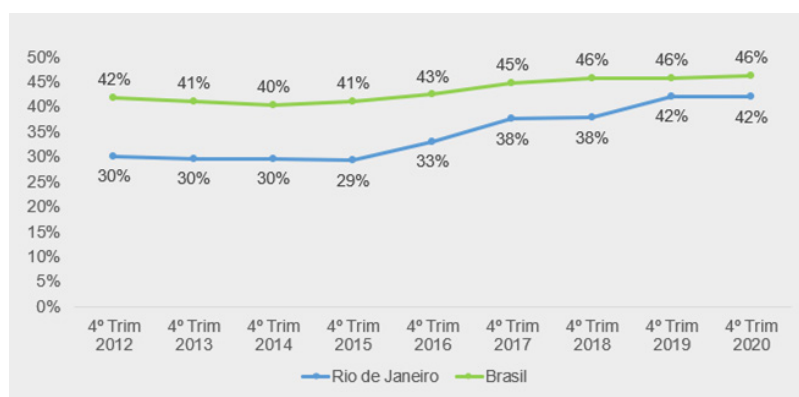


Fonte: IBGE, Pnad Contínua.

Impressiona também a elevação da informalidade entre os jovens de 15 a 29 anos, que chegou a 42% no 4º trimestre de 2020. Ou seja, é elevada a proporção de jovens com poucas oportunidades e, quando

encontram, são postos de trabalho de pior qualidade: baixa remuneração, baixa produtividade e ausência de proteção social.

Gráfico 6: Evolução da taxa de informalidade de jovens de 15 a 29 anos

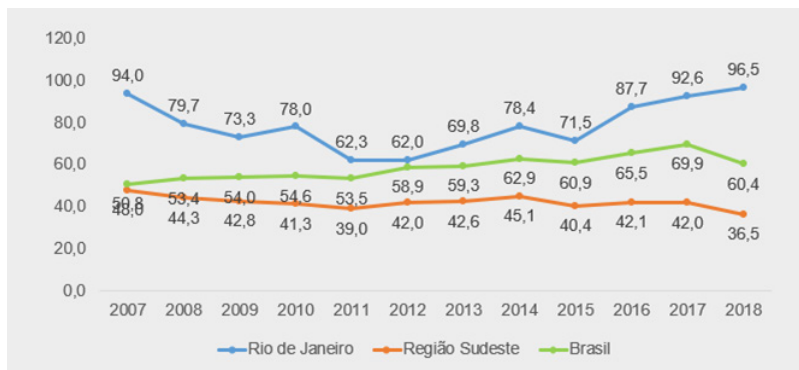


Fonte: IBGE, Pnad Contínua.

Como consequência, observa-se uma elevada taxa de homicídio entre os jovens de 15 a 29 anos, sendo que aqueles com menor escolaridade são os mais vulnerá-

veis. O Rio de Janeiro apresenta uma das maiores taxas de homicídio de jovens do país, muito acima da média nacional e da região Sudeste.

Gráfico 7: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre os jovens de 15 a 29 anos



Fonte: Ipea, Atlas da Violência.

Assim, o contexto de avanço tecnológico, os desafios do desenvolvimento, e o imperativo de inclusão social de nossa juventude reforçam a necessidade de garantir a estes uma formação humana, científica, cultural e tecnológica de qualidade, condição de sua cidadania, e, também, para o desenvolvimento do país.

No que se refere ao foco dessas ações, cabe ressaltar que 76% das matrículas do Ensino Médio estão na Rede Pública Estadual, sendo, portanto, a atuação nesse plano a mais estratégica para uma proposta de desenvolvimento.

22

Gráfico 8: Evolução de matrículas no Ensino Médio – Rio de Janeiro

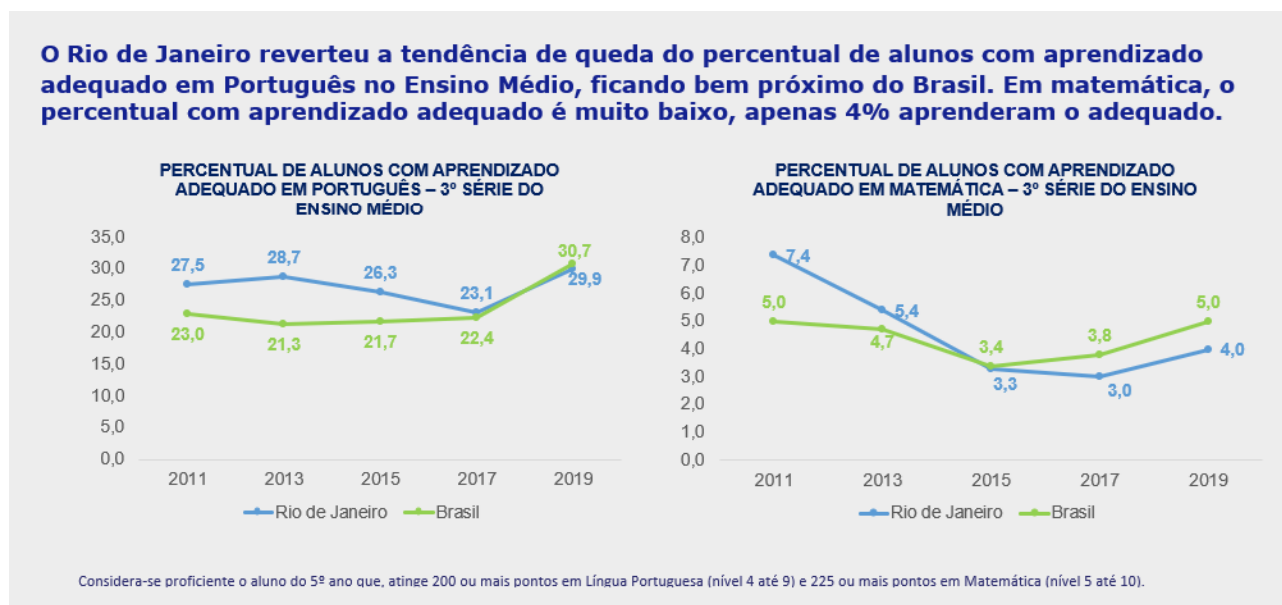


Fonte: Secretaria Estadual de Educação..

Quanto aos resultados qualitativos, cabe destacar em relação ao Rio de Janeiro os níveis de inadequação, sobretudo em matemática, cuja base é fundamental em

geral, e mais ainda, em específico, para as carreiras na vertente tecnológica.

Gráfico 9: Percentual de alunos com aprendizado adequado



Fonte: Inep/Saeb, 2019. Escala utilizada pelo Todos Pela Educação.

O Plano Nacional de Educação promulgado em 2014 estabeleceu a necessidade de colaboração entre a União, os Estados e Municípios para a elevação da qualidade da Educação Básica.

Especificamente a meta 8, estabeleceu o objetivo de expansão da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. E recomendou como uma das estratégias para o alcance deste objetivo a expansão da oferta de educação profissional técnica de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública.

A Lei 14.315/2017, ratificou a perspectiva de integralização do Ensino Médio, estabelecendo a possibilidade de associação da formação geral com itinerários de área de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais) ou de formação técnica e profissional (referido na legislação como Itinerário V).

Estabeleceu ainda que a oferta da referida formação técnica e profissional poderia ser realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, e sancionou a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com apoio de recur-

sos transferidos pelo Ministério da Educação ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Tal política de fomento prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes.

Pesquisas tem evidenciado o interesse de parte dos jovens na realização de programas de educação profissional concomitantes ao Ensino Médio, opção que agora ganha condição real de viabilidade.

Também é bastante reconhecido que a associação da educação profissional com a educação básica propicia melhores resultados escolares, pois a boa formação geral fundamenta a educação profissional, enquanto essa serve de contexto de experiências e práticas para melhor compreensão dos conceitos teóricos pelos alunos. E a competência da Firjan SENAI para capacitação técnica e profissional é amplamente reconhecida. Quanto às possibilidades de oferta, cabe destacar, apenas no que tange a cursos técnicos de nível médio, o amplo portfólio da Firjan SENAI considerando as tendências em curso e cobrindo os vários setores conforme a realidade econômica regional.

Propostas

36. Expandir a educação em horário integral no Ensino Fundamental e Médio, de forma a favorecer a qualidade da educação e as condições de inserção das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho.
37. Realizar ao menos 25 mil matrículas de Ensino Médio em tempo integral com Itinerário de Formação Técnica em parceria com a Firjan SENAI durante o próximo quadriênio, em sintonia com as políticas de desenvolvimento da indústria e de inovação do Estado do Rio de Janeiro.
38. Expandir o passe livre de transporte para deslocamento dos alunos da Rede Pública até às escolas da Firjan SENAI para a formação técnica, bem como para os alunos gratuitos da Firjan SENAI na mesma faixa etária.
39. Garantir a implantação da internet de alta velocidade e infraestrutura tecnológica adequada à utilização de recursos digitais nas escolas da rede pública estadual, considerando as questões propostas na Lei 13.006/2014.
40. Fortalecer as competências STEAM (Ciências, Tecnologia, Engenhosidade, Artes e Matemática) dos educadores da Educação Básica.

Eficiência do Estado

Contextualização

A segurança jurídica é algo muito valioso para a sociedade, pois, além de um princípio constitucional importante do mundo jurídico, ela é a base das relações construídas na sociedade. Elencada no rol de Direitos e Garantias Fundamentais, a segurança jurídica encontra respaldo legal no artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal, e sua aplicabilidade se dá pela proteção de três elementos: o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Nesse sentido, a lei não poderá prejudicar qualquer um desses três elementos. Isso garante à sociedade a previsibilidade e a estabilidade necessárias para planejar as suas ações e assumir novos compromissos. No mundo empresarial não é diferente, pois o que rege as relações comerciais, negociais e financeiras é a lei vigente no país. Portanto, ao prever que uma lei que venha a ser criada ou alterada não possa modificar aquela relação anteriormente construída, garante às empresas a segu-

rança jurídica necessária para o planejamento dos seus negócios, contratos e investimentos.

O mesmo acontece quando falamos de políticas públicas. A sua criação e implementação precisa respeitar os contratos e acordos celebrados conforme a lei vigente. Uma empresa não pode depender das decisões dos agentes políticos para que o seu negócio seja próspero. É necessário que exista um ambiente de negócios previsível e estável no estado, onde o empresário possa ter segurança na lei para tomar as suas decisões. Desta maneira, as políticas públicas precisam ser pensadas levando em conta o desenvolvimento desse ambiente seguro, respeitando os contratos e os investimentos, para garantir a sustentabilidade dos negócios existentes e estimular a criação de novos negócios e empreendimentos, que são peça-chave no desenvolvimento da sociedade.

Propostas

41. Assumir o compromisso com segurança jurídica, evitando que se repitam situações semelhantes à encampação da operação e manutenção da Linha Amarela.

Lista de Siglas

Agenera – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBAM – *Carbon Border Adjustment Mechanism* ou Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira

CPSI – Contrato Público para Solução Inovadora

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

ES – Espírito Santo

ETEC – Encomenda Tecnológica

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FCA – Ferrovias Centro-Atlântica

FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FGI – Fundo Garantidor para Investimentos

FGO – Fundo de Garantia de Operações

FIA – Fundo para a Infância e Adolescência

FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

FOT – Fundo Orçamentário Temporário

FPSO – *Floating Production Storage and Offloading* ou Unidade flutuante de armazenamento e transferência

GEE – Gases de Efeito Estufa

GNV – Gás Natural Veicular

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICTs – Instituições Científico-Tecnológicas

IEL – Instituto Evaldo Lodi

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

LAC – Licença Ambiental Comunicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MRS – Minas-Rio-São Paulo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PIB – Produto Interno Bruto

PPI – Programa de Parcerias de Investimentos

RJ – Rio de Janeiro

Selca – Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental

SP – São Paulo

TI – Tecnologia da Informação



firjan.com.br/brasilquatropontozero

